

CARTOGRAFANDO A POLÍTICA AMBIENTAL URBANA DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN SOB A ÓTICA DOS ATORES SOCIAIS

Luan Gomes dos Santos de Oliveira¹

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, objetivamos entender a política ambiental Urbana do Município de Mossoró/RN a partir da ótica dos atores sociais. Identificar se estes influenciam na formulação e gestão das políticas públicas ambientais, assim como, culturalmente impõem um significado ao cotidiano, as experiências vividas.

Por meio das cartografias sociais, referenciadas em Toscano (2006) e em Boaventura Santos (2010), foram elaborados diálogos entre os gestores e conselheiros da gestão ambiental e urbana de Mossoró/RN. Como eixos temáticos de produção dos diálogos, elencamos: a inserção e participação na gestão ambiental e urbana, implantação do plano diretor, agenda 21 local, meio ambiente e saberes, constituindo assim quatro mapas temáticos.

CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL URBANA DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN

O município de Mossoró/RN limita-se ao norte com os municípios de Grossos e Tibau, ao sul com Governador Dix-sept Rosado e Upanema, a leste com Areia Branca, Assu e Serra do Mel e a oeste com Baraúna, situando-se entre as coordenadas geográficas 5º 11' 15" Latitude Sul e 37º 20' 39" Longitude Oeste. Possui área territorial de 2.099,328 Km² e tem uma população estimada de 259.815 habitantes de acordo com o censo do IBGE do ano de 2010, sendo 90.525 endereços urbanos e 9.002 endereços rurais (IBGE, 2010).

¹ Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente/REDE PRODEMA/UFRN. Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande

O município de Mossoró é cortado pelas águas do Rio Mossoró, este pertence à Bacia Hidrográfica Apodi-Mossoró, a segunda maior do estado. Sobre a economia do município de Mossoró, Rocha (2009) salienta que esta é marcada principalmente três principais atividades de relevante importância, a atividade salineira, a atividade petrolífera e a atividade de fruticultura irrigada.

A política local é caracterizada pela atuação da oligarquia dos Rosados que ao longo de mais de 30 anos, vem governando Mossoró/RN. Essa gestão segundo Lacerda (2001) insere a marca dos Rosados na identidade do lugar, chamando-o de o País de Mossoró/RN.

Contraditoriamente, em termos da gestão urbana, Mossoró conta com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Ambiental (SEDETEMA) e a Gerência Executiva de Desenvolvimento Urbanístico que tem centrado os seus esforços no ordenamento territorial e na política de habitação como é assegurado por Rocha (2009).

ASPECTOS INSTITUCIONAIS DA POLÍTICA AMBIENTAL URBANA DE MOSSORÓ/RN

Na última década o poder público municipal de Mossoró vem institucionalizando novos arranjos legais, técnicos e políticos relacionados à gestão do meio ambiente. É relevante destacar que este fato se expressa como avanço para a formulação de políticas públicas ambientais. Dentre eles, podemos destacar a criação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Ambiental - SEDETEMA, regulamentada pela Lei Nº. 08-2004 de 31 de dezembro. Nesta secretaria, está localizada as seguintes gerências: Gerência Executiva de Gestão Ambiental, Gerência Executiva de Desenvolvimento Urbanístico e a Gerência de Agricultura e Recursos Hídricos. Tanto a SEDETEMA quanto as gerências são coordenadas por docentes universitários, o que para os mesmos constitui um grande desafio e uma necessidade urgente a interação Universidade/Sociedade. Há também vinculados as gerências

conselhos gestores de participação da sociedade civil, o Conselho Municipal de defesa do Meio Ambiente-CONDEMA, criado pela Lei1267-98 responsável por fiscalizar e deliberar assuntos relacionados à questão sócio-ambiental, o Conselho de Cidades, instituído com o Plano Diretor e Conselho de Desenvolvimento Sustentável e Agricultura. Nesta pesquisa nos ativemos ao Conselho de Meio Ambiente, uma vez que alguns de seus integrantes participam dos outros conselhos.

Dessa forma, surgiu a necessidade de implementar o Plano Diretor, instrumento da política urbana que abrange todo o território usado. Em Mossoró/RN, a elaboração do Plano Diretor foi uma necessidade advinda do setor comerciário/empresarial, pois os empreendimentos que chegavam à cidade, a expandiam demograficamente e economicamente, conforme Rocha (2009). O Plano Diretor de Mossoró/RN foi elaborado por meio de audiências públicas, com a participação de diversos setores interessados na produção do espaço urbano, em 2006, no contexto, do pós Estatuto da Cidade.

POLÍTICA AMBIENTAL URBANA NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN: UMA POSSÍVEL TRADUÇÃO DAS AUSÊNCIAS

Portanto, as cartografias elaboradas, tem por objetivo compreender como os atores sociais entendiam a política ambiental urbana de Mossoró/RN. Identificamos que os atores sociais possuem um discurso heterogêneo acerca da implantação do plano diretor. Entre os atores há os que divergem no ponto em que queríamos saber se o plano diretor é um instrumento da política ambiental, ou melhor, da gestão ambiental municipal. Para uns atores, o plano diretor contribui na formulação das políticas ambientais, mas não influencia fortemente. Para outros, a gestão ambiental seria mais eficaz e efetiva se fosse operacionalizada em concomitância ao Plano Diretor. Neste domínio, ficou subentendido que os saberes e a formação técnica entre os gestores é diferente, bem como suas visões de mundo, porém aqui carece o aproveitamento de cada experiência, visto que nestas contradições é que a política ambiental vai sendo formada.

No contexto da participação social, nas instâncias do CONDEMA, ela se efetiva mais na representatividade do que no protagonismo da sociedade civil. O poder foi descentralizado, mas os atores ainda reclamam autonomia. Defensor da gestão participativa, Sachs (1993, p. 33) adverte que “As estratégias do ecodesenvolvimento urbano não podem ser impostas de cima para baixo: elas devem ser desenhadas e implementadas com a participação popular e complementadas por eficientes políticas de capacitação”. A ausência de tal prática gerencial relega os saberes e experiências importantes até para o desenvolvimento econômico e urbano do município. E também, tal participação tem como base o setor produtivo e não a sociedade que necessita realmente dos serviços ambientais. Dessa forma, há que se reinventar a cultura de participação social para que haja um verdadeiro desenvolvimento humano que abarque a economia e o meio ambiente, ligados por saberes alternativos.

CONSIDERAÇÕES

Por meio deste estudo podemos afirmar que os problemas mais enfrentados pela gestão ambiental atual estão ligados a ausência de recursos para ampliar a funcionalização do sistema de gestão ambiental. Para isso a ampliação das vias de participação da sociedade pode contribuir a solução de muitos destes problemas, porque quando se olha com o olhar da sociedade, a gestão pode traçar um planejamento em prol do bem da população local e da preservação do meio ambiente. Assim também, como uma maior capacitação técnica dos conselheiros de meio ambiente para atuar na fiscalização da gestão, pois os conselheiros precisam entender da lógica interna do sistema de gestão, legislações específicas, projetos criados no âmbito da gestão local que estejam relacionados à questão ambiental.

Os avanços encontrados correspondem à formação de uma legislação ambiental municipal que vem desenhando a política ambiental do município e um plano diretor que é concebido como um instrumento da gestão ambiental urbana.

Porém, o limite que mais se destaca é ausência de operacionalização destas leis com eficácia, pois conforme apontaram os estudiosos do município, Mossoró, tem crescido rapidamente e seu crescimento não tem sido regulado equitativamente. Sugerimos então, que se mapeiem os problemas ambientais e urbanos mais visíveis com o auxílio da população, tendo em vista a configuração de uma gestão participativa que se faz com o povo e para o povo, e não só gerencial.

Para atuar no processo de gestão do meio ambiente urbano foi necessário identificar as formas de entendimento e saberes dos diferentes atores sociais (estes são docentes universitários, catadores de materiais recicláveis, líderes de associações comunitárias, sindicatos públicos e privados e gestão pública). Neste aspecto, observamos que quanto ao conhecimento técnico, os docentes universitários e gestores públicos dominam mais, e quanto aos catadores, líderes de associações e sindicatos assumem uma postura de militância pelos direitos da sociedade. Há que se repensar a forma de se dialogar o conhecimento tanto técnico-científico como o conhecimento tratado como experiência social, para a formulação de políticas públicas ambientais com o enfoque democrático, como se prevê a legislação cidadã. Dessa forma podemos obter planos diretores abertos a produção coletiva com vistas a emancipação social e humana.

REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, Marta T. S. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 31, p. 44-66, jun. 1996
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 225 – Do Meio Ambiente.
- MARICATO, Ermínia. *Meio Ambiente e Reforma Urbana*. São Paulo: USP, 1994.
- PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ. LEI COMPLEMENTAR 012/2006.
- ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. *Expansão Urbana de Mossoró (período de 1980 a 2004): geografia dinâmica e reestruturação do território*. Natal/RN: EDUFRN, 2009.
- ROMANELLI, Francisco Antonio. *Política Municipal de Meio Ambiente: Os instrumentos de Gestão Ambiental e Participação Cidadã*. Porto Alegre: 2006.
- SACHS, Inacy. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção para um novo senso comum; v.4).
- SILVA, M. B.O. *Desenvolvimento Sustentável no Brasil de Lula: uma abordagem jurídico-ambiental*. São Paulo: EDUNISC/Anita Garibaldi, 2009.
- TOSCANO, Geovânia da Silva. *Extensão e Formação: a UFRN e a UFBA em ação*. Rio Grande do Norte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006. Tese de Doutorado em Ciências Sociais.